

Anais da Assembléia

CURITIBA, 26 E 27 DE NOVEMBRO DE 1974

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Cortes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovidio Franzoni — Quielise Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacil — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Louso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eloy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacil — Borsari Netto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Merlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pittelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovidio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Aglides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quielise Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Louso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo

Pereira Lima — Rosário Pittelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barhosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Corduro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Louso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lúcio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Cortes — Antônio Maciel —

Quielise Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 10 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 209ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 26 de Novembro de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Haroldo Bianchi e Borsari Neto.

As 14 00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Olavo Ferreira — Quêlise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (30); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Muggiati Filho — Álvaro Dias — Antônio Costa — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Gilberto Carvalho — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Nelson Buffara — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Wilson Fortes (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 155/74, que objetiva criar na Procuradoria Geral da Justiça como integrantes da carreira do Ministério Público 3 (três) cargos de Curador da Fazenda Pública e 1 (um) cargo de Curador de Órfãos, Ausentes, Interditos e Provedoria, todos de entrância final. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 27, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 98/74.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 210ª Sessão Ordinária
Realizada em 26 de Novembro de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Haroldo Bianchi e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Olavo Ferreira — Quêlise Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva (30); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Muggiati Filho — Álvaro Dias — Antônio Costa — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Gilberto Carvalho — João Fadel — Luiz Roberto Soares — Nelson Buffara — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Wilson Fortes (17).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, solicitando Regime de Urgência e inclusão na Ordem do Dia, dos Projetos de Lei nrs. 132/74 e 166/74.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o registro na Ata dos trabalhos desta Sessão de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor João Lopes do Prado, ocorrido dia 10 próximo passado, em Marumbi.

O registro é pertinente de vez que o ilustre extinto foi um dos fundadores da cidade de Marumbi, à qual dedicou todo o seu trabalho honesto e proveitoso.

Requer, ainda, que do presente seja dado conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1974.

(a) Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que adiante subscreve, respaldado no Regimento Interno e após a consulta ao Plenário, requer a inserção em Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento em data de ontem do Sr. Aristides Merhy.

O extinto foi um dos fundadores do jornal "O Estado do Paraná" e distinguia-se na vida industrial, comercial e social do Paraná.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1974.

(a) Ivo Thomazoni

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer a inserção na Ata dos trabalhos desta Sessão de um voto de congratulações endereçado ao Município de São João do Ivaí, por intermédio do Prefeito Municipal, Presidente da Câmara de Vereadores, Diretor do Ginásio Local e Presidente da Comissão Coordenadora, pelo sucesso alcançado com a 1.ª Exposição Municipal de Ciências.

É oportuno fazer o registro da incondicional cooperação emprestada por todas as entidades culturais, recreativas e econômicas, além do trabalho individual da maioria dos habitantes, no sentido de transformar a citada Exposição num extraordinário êxito, sob todos os aspectos.

Sala das Sessões, em ... de novembro de 1974.

(a) Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente.

Requero à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do emérito Professor Milton Vianna, ocorrido no dia 23 do corrente.

O erudito Mestre do Direito que homenageamos, foi uma das mais proeminentes figuras dos meios educacionais e jurídicos de nosso País.

Fundador da Associação de Ensino Novo Ateneu e da Faculdade de Direito de Curitiba, que tantos e inegáveis serviços vêm prestando à causa educacional, o extinto destacou-se pelo grande ideal que abraçou e debaixo de cuja bandeira lutou e venceu galhardamente.

Homem humanitário e dedicado às causas populares, jamais faltou com seus deveres para com todos os que o rodeavam, fossem grandes ou pequenos. Ocupou cargos da mais alta relevância social, sempre com a humildade que o caracterizava como brilhante advogado e culto professor de Direito do Trabalho. Dentre muitos, destacamos o de Conselheiro do Instituto Latino Americano de Direito do Trabalho onde exerceu uma grande atividade que o realizou no mister. Foi promotor da vinda a Curitiba de renomados conferencistas, que integravam o seu vasto círculo de amizades, que muito contribuíram para a formação cultural de nossa juventude.

Ao desaparecer, deixa uma lacuna irreparável, pelo dinamismo e capacidade de que era possuído.

Sua obra jamais será esquecida, como um dos maiores monumentos pátrios.

Já quando enfermo, assumiram a grande responsabilidade do prosseguimento dos destinos da obra que fundou, seus filhos Dalton, Milton e Gilson, que sabemos a continuarão, inspirados no seu trabalho e exemplo.

Assim, uma vez aprovado o presente, como homenagem do povo paranaense, requero dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Associação de Ensino Novo Ateneu e à Faculdade de Direito de Curitiba.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1974.

(a) Igo Iwant Losso

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — A Seção de Redação da Ata e a Seção de Anais e Publicidade com competência definida pelas alíneas C e B, inciso III, do Decreto Legislativo n.º 573, de 29 de novembro de 1967, passam a integrar a Divisão da Ata, Anais e Publicidade.

Art. 2.º — Fica criada a Divisão da Ata, Anais e Publicidade, subordinada ao Departamento Legislativo, compreendendo as Seções:

a) Seção de Anais e Publicidade; e

b) Seção de Redação da Ata.

Art. 3.º — O inciso III do artigo 12, passa a ter a seguinte redação:

"A Divisão de Redação de Debates e Diário da Assembléia compete:

a) Pela Seção de Redação de Debates:

1 — Proceder a revisão dos discursos documentos e restante da matéria destinadas ao Diário da Assembléia;

2 — Organizar com as traduções taquigráficas, os documentos e demais elementos fornecidos pela Divisão de Taquigrafia, a Ata integral dos trabalhos da Assembléia, ou de suas Comissões, para publicação no Diário da Assembléia;

3 — Registrar, na publicação, a observação, quando for o caso, de que o discurso não foi revisto pelo orador, ou de que a matéria lida em Plenário não foi encaminhada à Divisão de Redação de Debates e Diário da Assembléia.

b) Pela Seção do Diário da Assembléia:

1 — Proceder a composição dos discursos documentos e restante da matéria para confecção do "Diário da Assembléia";

2 — Ter sob sua guarda e responsabilidade os documentos destinados à inserção no "Diário da Assembléia";

3 — Publicar na devida oportunidade, os discursos não devolvidos em tempo e encaminhar aos órgãos oficiais a matéria lida no decorrer das Sessões ou das reuniões de Comissão, que deva ser publicada na íntegra, ou em súmula.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1974.

(a) Iris Caldart

JUSTIFICATIVA

O tempo é fator inexorável para tornar obsoletos diversos fatos na marcha da evolução natural das coisas, e a legislação e a administração pública não escapam desta constante.

O presente plano de Lei tem por objetivo atualizar e tornar consentânea uma dessas situações, onde a prática diária revela-se mais dinâmica, modificando a rotina dos serviços, conquistando excelentes resultados, porém sem o respaldo da legislação, que remonta o ano de 1967, através do Decreto n.º 573.

A medida ora proposta visa tornar de direito, uma situação existente de fato, que sem dúvida tornará mais dinâmica a administração do Departamento Legislativo, fornecendo-lhe melhores condições para desincumbir-se de suas atribuições.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, primeiro orador inscrito.

O SR. XENOFONTE VILLANUEVA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Estamos apresentando hoje, Projeto de Lei que visa homenagear uma das figuras mais ilustres e mais humanas do Norte do Paraná, a figura da Sra. Lucilla Pinto Ballalai. E o seguinte o teor do Projeto: (Lê):

"Art. 1.º — Fica concedido o título de "Cidadã Honorária do Estado do Paraná" à Senhora Lucilla Pinto Ballalai.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26-11-1974.

(a) Xenofonte Villanueva

JUSTIFICATIVA

Felizes das criaturas que, no dia a dia do palmar da estrada da vida, deixam atrás de seus passos uma centelha inapagável por alimentada pelo bem espargido sobre seus semelhantes. Felizes delas, pois que, fugitivas ao egoísmo e insensibilidade, e compenetradas de seus deveres humanos, abandonam in-teresses de toda sorte para, como peregrinos do BEM e da BONDADE, suavizarem dores, secarem lágrimas e apontarem aos mais sofridos o caminho das esperanças fraudadas pela ausência de uma solidariedade, criminosamente abandonada.

A senhora LUCILLA PINTO BALLALAI é, em verdade, uma sacerdotiza do bem e do amor ao próximo irradiando a seu redor exemplos dignificantes de entendimento sobre a obediência aos princípios basilares do cristianismo puro e eterno.

Nascida a 31 de outubro de 1913 na cidade de São Salvador, Capital do Estado da Bahia e filha do casal Senador Carlos Pinto e sra. Honorina Vilas-Bons Pinto é casada com o sr. Augusto Ballalai. O correto par possui quatro filhos: Augusto Júnior, engenheiro civil; Nuno Maurício, médico; Alexandre, isto é, Jorge Alexandre, formado em administração de empresas e Ghislaine, também administradora de empresas. Seis netos completam a felicidade do digno casal.

Reside a senhora LUCILLA PINTO BALLALAI em Londrina, Capital do Norte Paranaense, desde 1950. Invariavelmente dedicada às mais importantes iniciativas de caráter filantrópico, perseguindo altruisticamente a senda do amor e da caridade, soube granjear no concerto de todas as camadas sociais uma áurea de estima, profunda admiração e acendrado respeito em torno de sua magnética personalidade.

Foi presidente feminina do LAR ANÁLIA FRANCO, culminando sua profícua e consagrada gestão com o término da construção desse refúgio, a anunciar uma alvorada de paz e proteção às crianças carentes de um lar a substituir aquele que o destino não lhes permitiu desfrutar.

Filha da abnegação e da tenacidade, jamais soube conhecer obstáculos humanos, passando a cuidar, desveladamente, da velhice desamparada, para tanto lhe propiciando um teto amigável, dotado de cozinha, refeitório e de dormitórios aparelhados para lhe oferecer um descanso restaurador de suas cansadas energias. Mas foi além dessa já benemérita cruzada, transformando o próprio lar em palco admirável de assistência aos recém-nascidos, e onde os mesmos recebem, com maternal carinho, os primeiros cuidados. Dali sabem eles encontrar, mercê do interesse sublime da senhora LUCILLA PINTO BALLALAI, lares onde são recebidos como filhos legítimos, conseqüentemente alvos de amor, compreensão e abertura de seguros rumos para enfrentarem os caminhos da vida terrena. Mais de 50 delas já foram ter a lares abençoados. E cite-se, aqui, como instrumento elucidativo da superior importância da obra filantrópica da senhora LUCILLA PINTO BALLALAI o acontecido com a recém-nascida NEL-LINDA JOY, que, em chegando à casa da mesma, em precaríssimo estado de saúde, como moribunda, mereceu uma vigília piedosa de três meses, recuperando-se e constituindo-se, no momento, o motivo de grande alegria de um casal de pastores americanos, e do qual granjeou conhecimento da língua pátria, assim podendo dialogar com a vovó Lucilla que amaldiça a visita.

Construiu casas para viúvas abandonadas e detentores de elevada prole.

Em 1965 alçou-se à campanha contra o câncer e realizou o ideal de ver construído o INSTITUTO DO CANCER, de Londrina, razão de orgulho para o próprio Estado do Paraná. Ali, em pequena sala, a todos recebe, distribuindo assistência e amor. 9 anos de trabalho árduo e verdadeiramente glorioso. Novas paredes valem como garantia do aumento progressivo da capacidade de recolhimento das criaturas portadoras do cruel mal. Bate em todas as portas em peregrinação constante visando recursos financeiros para o seu Instituto do Câncer, justificando seus apelos através a apresentação de estatística a comprovar mais de 70 mil atendimentos nesses 9 anos de labor generoso.

Mereceu da Câmara Municipal de Londrina o valioso título de CIDADÃ BENEMÉRITA, homenagem a consagrar um valor que o tempo exalta e recomenda aos vindouros.

O LAR MARÍLIA BARBOSA, de Cambé, contou com o interesse e atenção especiais de LUCILLA PINTO BALLALAI.

Proporciona ao mesmo, todos os anos, um NATAL FELIZ, trazendo as crianças para seu lar, onde desde às 8 horas da manhã, até 20 horas da noite, fazem suas refeições e apreciam "shows" animados.

Esta é a criatura humana, singular e realmente benemérita para a qual se pede justiça e concessão de um título que glorificando o BEM e a CARIDADE por ela altamente distribuídos, diz do espírito de um povo que não lhe pode negar sua admiração e profunda gratidão".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Solicitei a palavra para endereçar uma consulta a V. Exa.

V. Exa., como já disse inúmeras vezes da Tribuna, surpreendeu a Casa não só pela serenidade, pela dignidade, como também pelo vasto conhecimento jurídico que sempre demonstrou na condução dos trabalhos.

Então estou fazendo uma consulta, porque soube de um fato inusitado para mim e que o Legislativo não pode calar de forma nenhuma.

Foi encaminhada, através de ofício regulamentar, ao Sr. Governador do Estado uma Lei aprovada por este Legislativo, que criou o Instituto de Previdência dos Parlamentares. S. Exa. o Governador do Estado, de acordo com a Constituição, tinha apenas três caminhos a seguir. Ou sancionar, ou vetar a Mensagem mencionada ou devolvê-la a este Poder, sem sancioná-la ou votá-la. Porque o Presidente deste Poder então a promulgaria e a converteria, como é de fato e de direito, em Lei.

Soube neste instante, Sr. Presidente que o nobre Presidente João Mansur concordou com o Sr. Governador do Estado na interrupção do prazo constitucional dos 10 dias. A Mensagem foi devolvida a este Legislativo e agora retornou ao Palácio Itaguá, interrompendo o prazo, irregularmente.

V. Exa. neste instante é o Presidente da Assembleia e requiero que a Mesa promulgue, como de fato e de direito, o mencionado projeto.

Já decorreram 10 dias, o prazo legal está vencido, de acordo com a Constituição e não se pode mais, de forma nenhuma, fazer acordo neste sentido. Só tem um caminho a Mesa do Legislativo — promulgar o referido projeto, tornando-o efetivamente uma Lei.

É o apelo que faço a V. Exa.

Não pode este Poder ficar jugido a um entendimento particular entre o Governador do Estado, Chefe do Executivo e o Presidente da Casa, Presidente do Legislativo, porque embora harmônicos, os Poderes são independentes.

Não existe a figura legal de interrupção de prazo. Estão vencidos os 10 dias e como o Governador não vetou nem sancionou, cabe ao Presidente da Casa promulgar a referida Lei. Há necessidade de publicar no Diário Oficial do Estado para que a Lei produza os efeitos legais. Não há outra saída: Sem quebrar a dignidade deste Poder, não há outra saída e duvido que os Srs. Deputados concordem mais com esta amputação das prerrogativas do Poder Legislativo. Nenhum Sr. Deputado tem o direito de concordar que se diminuam as prerrogativas deste Poder, porque todos somos delegados do povo, ninguém é dono do Poder Legislativo, estamos aqui por prazo certo, quatro anos, por delegação do povo. E não se justifica acordo dessa natureza, que se mande de volta o projeto e não se conte o prazo. Não existe essa figura jurídica.

Portanto, apelo a V. Exa. que a Lei seja imediatamente promulgada.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência senão se na obrigação de esclarecer determinadas nuances que existem no problema. Realmente, o Sr. Governador do Estado, na forma do § 1.º, do artigo 28, da Constituição do Estado, tem não 10, mas 15 dias, úteis...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a V. Exa. a correção.

O SR. PRESIDENTE — ... 15 dias úteis contados a partir da data do recebimento. Não posso dizer, à Casa, se esse prazo está decorrido, ou não. Deixaria, se tivesse decorrido o prazo, de atender a solicitação do nobre Deputado Erondy Silvério quanto ao pedido de promulgação do referido Projeto de Lei, porquanto, no exercício da Presidência da sessão, não estamos, realmente, presidindo a Casa. Somente, devolvido o processo, se o Sr. Presidente da Casa não o promulgasse dentro do prazo legal, então passaria essa atribuição ao 1.º vice-Presidente que não teria dúvida e exercitaria a Lei tal como ela determina.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. corroborando, mais uma vez, minhas considerações iniciais a respeito da serenidade com que V. Exa. tem atuado na condução dos trabalhos desta Casa. Mas, acho que V. Exa. tem o imperativo constitucional de promulgar a Lei que cria o Instituto de Previdência do Parlamentar que através de SA 45/74 subiu à sanção governamental em 2-5-74; não me interessa, se dentro da Lei não exista nenhuma outra alternativa para outro entendimento que não o da própria Lei. Decorreu o prazo constitucional, o Presidente João Mansur deixou de promulgar essa Lei, cabe, portanto, a V. Exa. promulgar. A Lei é clara não existe subterfúgio, nem escape. A Constituição prevê 15 dias para o Sr. Governador sancionar, vetar, ou devolver os projetos ao Poder de origem. O Sr. Presidente João Mansur não promulgou, como era de se esperar, como era seu dever.

É necessário que a Lei seja cumprida para que este Poder seja, realmente, o Poder que representa o povo.

O SR. PRESIDENTE — Em resposta à Questão de Ordem formulada pelo nobre Deputado Erondy Silvério, devo dizer que iremos realmente, verificar os prazos para saber se estamos, ou não, com a força da Lei.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, para falar no Pequeno Expediente.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho por S. Exa. o Sr. Deputado Erondy Silvério uma admiração que transcende todo o respeito que alguém possa ter por outro...

O Sr. Erondy Silvério — Obrigado, é recíproco.

O SR. IVO THOMAZONI — ...principalmente pela liberdade com que S. Exa. tem nesta Casa de Leis e pelo cuidado que S. Exa. tem tido pelo respeito ao Regimento Interno desta Casa. Porém, nem sempre Sr. Presidente, S. Exa., que é tão zeloso ao exigir o cumprimento por parte do Sr. Governador do Estado dos dispositivos constitucionais e regimentais, tem observado esta norma de vez que em momentos difíceis esta Casa tem assistido S. Exa., no trato dos mesmos problemas, invocar dispositivos regimentais que, também, não existem. Refiro-me Sr. Presidente, ao fato de que, por duas oportunidades, S. Exa. o Sr. Deputado Erondy Silvério requereu, e S. Exa. deferiu, a devolução ao Poder Executivo de duas Mensagens Governamentais pretendendo, exatamente, interromper o prazo.

O Sr. Erondy Silvério — Apenas para fazer justiça ao Presidente. Não foi o Presidente que deferiu, foi o Plenário que é soberano, que aprovou. Ou V. Exa. vai negar a soberania do Plenário.

O SR. IVO THOMAZONI — Entendemos que esta Casa recebendo Mensagem Governamental deve aprovar, rejeitar, ou através de Substitutivo emendar e remetê-la para sanção. Também, esta Casa usou do expediente anti-regimental para a pretendida interrupção do prazo constitucional invocada ali pelo Sr. Governador do Estado.

Quero acreditar, Sr. Presidente que todos nós Deputados estaduais estamos interessados na sanção do Projeto de Lei n.º 289/73 que cria o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar, mas o Governador do Estado pode ser debitado pelo fato de haver S. Exa. o Sr. Presidente da Assembleia, atra-

vés de expediente da Presidência, solicitado a devolução daquela matéria para, segundo invocou o Sr. Presidente naquele expediente, reformular a Redação Final que estava com incorreções de ordem datilográficas. Quero crer que reprotocolado como foi em data de ontem o Projeto de Lei n.º 289/73 no Protocolo Geral do Palácio do Governo, terá o Sr. Governador quatro dias para se pronunciar sobre a sanção ou veto. Se não houver sanção por parte do Poder Executivo caberá a esta Assembléia Legislativa, através de seu Presidente, a promulgação daquele plano de Lei.

Queria significar que ao Governo do Estado não se pode, não se deve debitar o fato de haver a Presidência da Assembléia Legislativa do Estado, através de Expediente próprio, solicitado a devolução daquele Plano de Lei que reformulado, foi reencaminhado. O que o Governador do Estado pretendia, era estudar a matéria mais detidamente porque envolve também abertura de crédito especial que vai à casa dos 2 milhões de cruzeiros e só a inconstitucionalidade da medida preconizada pelos Senhores Deputados, já por si só viciava constitucionalmente o Plano de Lei cabendo até, da parte do Poder Executivo, o Veto que ele, Governador, estava pretendendo não se verificasse, para atender uma pretensão justa, dos Senhores membros do Poder Legislativo que pretendiam: o exemplo dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e de outros tantos da Federação, terem também o seu Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar, em outros Estados existente, sob a denominação de Instituto do Parlamentar.

Era o esclarecimento, Sr. Presidente, que eu queria fazer, para que não se julgasse ou se prejudicasse uma atitude governamental porque, é arriscado afirmar-se que Sua Excelência vai vetar aquele Plano de Lei, quando não houve da parte do Governador do Estado nenhum pronunciamento a favor ou contra a pretendida medida; quero acreditar que se o Sr. Deputado Erondy Silvério ainda confiar como sempre confiou nesta Liderança, me permita que, neste expediente vespertino eu consulte o Sr. Governador, das suas verdadeiras intenções quanto à notícia propagada, de que Sua Excelência pretenda vetar o Projeto de Lei n.º 289/73.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a razão de nossa presença nesta tarde, por breves instantes nesta Tribuna, é registrar nos Anais da Casa a solidariedade deste Deputado à população e à Administração do Município de Eneas Marques no Sudoeste do Estado do Paraná.

Vicento incêndio ocorreu naquele Município, destruindo totalmente o prédio de sua Prefeitura Municipal. O prédio, recentemente construído, fora construído com sacrifício porque o Município de Eneas Marques não possui um orçamento dos maiores dentre os Municípios deste Estado, trata-se de um pequeno Município.

Solicitamos, em nome do Sr. Prefeito Municipal daquele Município, providências junto à Secretaria de Segurança Pública, para que fosse procedido um levantamento do sinistro, através de perícia técnica. Desejamos também, tão logo tenhamos em mãos este levantamento, dirigir um apelo todo especial à Administração do Estado do Paraná, para que ela auxilie a reconstrução do prédio da Prefeitura Municipal daquele Município, e temos certeza que contaremos com a boa vontade do Executivo do Estado através de sua Secretaria para que Eneas Marques possa, dentro em breve, ter novamente o prédio à altura de abrigar os trabalhos do Executivo Municipal.

Gostaria também, antes de encerrar esta breve passagem pela Tribuna, tendo em vista manifestações que foram feitas acerca do Fundo de Assistência do Parlamentar, consignar o meu ponto de vista porque fui eu o Relator do Projeto que foi submetido à apreciação do Sr. Governador do Estado.

Entendo eu, que era aquele um velho sonho dos parlamentares nesta Assembléia; senti, quando tinha o Projeto em mãos, o interesse geral da Casa, para que fosse regulamentado definitivamente a Assistência Previdenciária ao Parlamentar, a exemplo do que existe na área federal, na Câmara dos Deputados a exemplo do que ocorre em outros Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Por ocasião do relatório da matéria, tivemos a oportunidade de apreciar os termos em que a Assistência Parlamentar, a Assistência Previdenciária parlamentar foi implantada na Petrobrás no Estado do Rio Grande do Sul e no Estado de Santa Catarina. Acreditamos mesmo que a matéria deverá ser apreciada com o máximo de atenção pelo Governo do Estado e ante a manifestação do nobre Líder do Governo desta Tribuna, de que buscara junto a S. Exa. o Sr. Governador o seu ponto de vista definitivo acerca da matéria, resta-nos portanto, aguardar esta manifestação que acreditamos seja favorável, porque o Sr. Governador foi parlamentar há longos anos na Câmara Federal, conhece o Instituto que lá dá garantia previdenciária ao Parlamentar, sabe da necessidade de nossa Assembléia em ter também o Instituto semelhante aquele. Desta forma, solidarizo-me com a preocupação manifestada pelo Sr. Erondy Silvério pelos interesses dos parlamentares com assento nesta Assembléia. Aguardaremos, portanto, a manifestação do Sr. Governador, através do nobre Deputado Líder do Governo e aqui estaremos para defender a manifestação deste Instituto, que é uma necessidade há muito tempo relegada a segundo plano. — (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 30 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, lido da Tribuna. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 84/74, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Cel. WASHINGTON VIANEZA DE SOZA BERMUDEZ. Parecer favorável da C.C.J., com SUBSTITUTIVO, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 162/74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 63/74, anteprojeto de Lei de Orçamento para o Exercício Financeiro de 1975. Parecer favorável da C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176/74, de autoria do Dep. Ivo Thomazoni, que concede gratificação de Produtividade de que trata a Lei n.º 6.593/74, no valor de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), aos ocupantes dos cargos que especifica, da Parte Suplementar do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Contas e da Parte Permanente da Assembléia Legislativa. Sem Parecer. EM REGIME DE URGÊNCIA, com EMENDAS DE PLENÁRIO. — Aprovado, Projeto e Emendas.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22-74, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo construir no bairro do Capanema desta Capital um complexo educacional que abranja os Cursos de 1.º e 2.º grau, bem como instalações destinadas à práticas desportivas, em substituição ao atual estabelecimento de ensino denominado "Hildebrando de Araújo" e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/74, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Curiuva, uma Pá Carregadeira, pertencente ao 16.º Distrito Rodoviário. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 125/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Curiuva uma Pá Carregadeira, pertencente ao 16.º Distrito Rodoviário, marca Traxcavator Fiat, modelo F.L.6, número 58.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1974.

(a) Gabriel Manoel

JUSTIFICAÇÃO:

O orator a que se refere o projeto está em poder do município de Curiuva, por força de empréstimo. Ocorre que a máquina, no estado em que se encontra, não mais pode servir em termos econômicos ao Estado.

Daí a presente doação, a fim de que o município, como proprietário, obtenha alguma vantagem investindo na sua recuperação.

Em face de tais considerações, esperamos o devido apoio e aprovação do Projeto de Lei proposto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 125/74

PARECER

O presente Projeto de Lei, ora submetido à deliberação desta Comissão cujo autor é o nobre Deputado Gabriel Manoel, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Curiuva, uma Pá Carregadeira, pertencente ao 16.º Distrito Rodoviário, marca Traxcavator Fiat modelo F.L.6, número 58.

A justificativa do autor da Proposição nos convence da oportunidade da medida pleiteada visto que o referido veículo não pode mais servir em termos econômicos ao Estado.

Nenhuma óbice que se insurja à tramitação do Projeto.

Opino pelo ACOLHIMENTO da Proposição para ulterior seguimento regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente
Antonio Franco F. da Costa — Relator
(Ass. Hegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 125/74

PARECER

Como a justificativa indica, a máquina em apreço já se encontra em poder do Município por força de empréstimo e necessita ser recuperada para continuar prestando serviços.

Lógico se torna não ser do interesse daquela Prefeitura investir nesta recuperação para depois devolvê-la ao Estado.

Assim sendo e por se tratar, também, da medida meramente autorizativa, que já mereceu parecer favorável da C.C.J., opinamos pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 16 de outubro de 1974.

Quilise Crisóstomo — Presidente
Gilberto Carvalho — Relator
(Ass. Hegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso constante do Expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor Milton Vianna. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente solicitando voto de congratulações aos Srs. Prefeito Municipal, Presidente da Câmara de Vereadores, Diretor do Ginásio e Presidente da Comissão Coordenadora pelo sucesso alcançado com a 1.a Exposição Municipal de Ciências, realizada em São João do Ivaí. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Lopes do Prado ocorrido em Marumbi. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aristides Méthy. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência e inclusão na Ordem do Dia dos Projetos de Lei n.ºs. 132/74 e 166/74. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã dia 27, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/74.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/74.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88/72.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 12.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Reuniões, às dezesseis e trinta horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quilise C. Silva e contando com a presença dos senhores Deputados Gilberto Carvalho, Antonio Lopes Junior, Olavo Ferreira e Igo Losso. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes Projetos: PROJETO DE LEI N.º 265/73 — de autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Escola Normal de Grau Colegial no Distrito de Tamarana, Município de Londrina. Relator Senhor Deputado Olavo Ferreira, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 276/73 — de autoria do Senhor Deputado Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública o "Centro Evangélico de Curitiba", com sede e foro nesta Capital. Relator Senhor Deputado Olavo Ferreira, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 71/74 — de autoria do Senhor Deputado Brondy Silvério que autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) a pensão mensal de Maria Alves Espinheira, viúva de Ex-Funcionário Público Estadual. Relator Senhor Deputado Antonio Lopes Junior, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 125/74 — de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Curitiba, uma Pá Carregadeira, pertencente ao 15.º Distrito Rodoviário. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 09/74 — de autoria da Comissão da Constituição e Justiça. Ex-Proposição n.º 11/74 — Aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Governo do Estado do Paraná, objetivando o prosseguimento e ampliação de esforços na implantação do Sistema Estadual de Planejamento, Orçamento e Modernização Administrativa. Relator Senhor Deputado Olavo Ferreira, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14/74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-Proposição n.º 257/73 — Aprova termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Pirai do Sul e Pérola D'Oeste, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos Municípios. Relator Senhor Deputado Olavo Ferreira, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 19/74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-Proposição n.º 48/74 — Aprova o Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, para execução de Projeto de Informação de Mercado Agrícola. Parecer favorável — aprovado, do Senhor Deputado Olavo Ferreira. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 37/74 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Ex-Proposição n.º 173/74 — Aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com a Prefeitura Municipal de Telmaco Borba, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública no referido Município. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião do qual para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, fiveram a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

a) Quilise C. Silva — Presidente

b) Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 29.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gabriel Manoel, havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado Iris Caldart apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 214/71 — de autoria do Deputado Hélio Manfrinato, que autoriza o P.E. a construir uma rodovia ligando os Municípios de Cidade Gaúcha, Rondon, Indianópolis, Cianorte, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz à Ortigueira, saindo na Rodovia BR-376, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 145/73 — de autoria do Deputado João Calil Fadel que autoriza o P.E. a transferir para fins de implantação de revestimento, conserva e manutenção, a rodovia que liga os Municípios de Rio Negro, Lapa e Antônio Olinto. PROJETO DE LEI N.º 69/73 — de autoria do Deputado Igo I. Losso, que declara de utilidade pública o CENTRO EVANGÉLICO DE CURITIBA, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 283/73 — de autoria do Deputado Paulo Poli, que cria cursos normais e científico, no Município de Terra Roxa, para funcionar no próximo ano letivo. PROJETO DE LEI N.º 55/74 — de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o P.E. a doar ao Município de Santa Amélia, Kombi Wolsk, ano 1966 e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 80/74 — de autoria do Deputado Borsari Neto que dá nova redação ao artigo 1.º, da Lei n.º 6.544, de 22-5-74. PROJETO DE LEI N.º 93/74 — de autoria do Deputado Fabiano B. Côrtes, que declara de utilidade pública a BENE-FICENCIA ASSISTENCIAL ESPÍRITA, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 106/74 — de autoria do Deputado Maurício Fruct, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE AUXILIADORA DE SENHORAS DA QUARTA IGREJA PRESBITERIANA DE CURITIBA com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 108/74 — de autoria do Deputado Jorge Sato que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA COMUNIDADE DE MARINGÁ. PROJETO DE LEI N.º 122/74 — de autoria do Deputado Borsari Neto, que autoriza o DEOE, a dispensar a exigência da construção do restaurante popular tipo SAPS, constante no artigo 2.º, da Lei n.º 726, de 31-10-51. PROJETO DE LEI N.º 68/73 — de autoria do Deputado Alvaro Dias, que autoriza o P.E. a construir através da S.V.O.P., uma ponte sobre o Rio Tibagi, ligando o Distrito de Terra Nova

no Município de São Jerônimo da Serra, ao Distrito de Tamarana no Mun. de Londrina. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotó-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) Iris Caldart — Presidente

Lélío G. Sotó-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 214/71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma rodovia ligando Cidade Gaúcha, Rondon, Indianópolis, Cianorte, Terra Boa, Engenheiro Beltrão, Barbosa Ferraz à Ortigueira, saindo na Rodovia do Café — BR-376.

Art. 2.º O Orçamento Geral do Estado consignará dotação especial para cobrir as despesas com a execução da presente Lei.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-11-74.

aa) GABRIEL MANOEL — Presidente

IRIS CALDART — A. LOPES JUNIOR — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 69/73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a construir através da Secretaria dos Transportes uma ponte sobre o Rio Tibagi, ligando o Distrito de Terra Nova no Município de São Jerônimo da Serra, ao Distrito de Tamarana no Município de Londrina.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-11-74.

aa) GABRIEL MANOEL — Presidente

IRIS CALDART — A. LOPES JUNIOR — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 145/73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para a jurisdição do Departamento de Estradas de Rodagem — D.E.R., a rodovia intermunicipal que liga os Municípios de Rio Negro, Lapa e Antônio Olinto, neste Estado, para fins de implantação de revestimento, conserva e manutenção.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-11-74.

aa) GABRIEL MANOEL — Presidente

IRIS CALDART — A. LOPES JUNIOR — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 276/73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública o Centro Evangélico de Curitiba, com sede nesta Capital.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-11-1974.

aa) Gabriel Manoel — Presidente.

Iris Caldart

Antônio Lopes Júnior

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 283/73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Terra Roxa, um Curso Normal e um Curso Científico, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-11-1974.

aa) Gabriel Manoel — Presidente.

Iris Caldart

Antônio Lopes Júnior

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 55/74
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Santa Amélia, a viatura marca Volkswagen-Kombi, ano de fabricação 1966, placa n.º CE. 34-77, certificado n.º A. 494433 pertencente à Secretaria de Saúde Pública e que se encontra prestando serviços àquele Município.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-11-1974.

aa) Gabriel Manoel — Presidente.

Iris Caldart

Antônio Lopes Júnior

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 80/74
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 1.º, da Lei n.º 6.544, de 22 de maio de 1974, passa a vigorar com a redação seguinte:

"Art. 1.º — Fica denominada Governador Parigot de Souza, a Rodovia PR-1, em toda a sua extensão".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-11-1974.

aa) Gabriel Manoel — Presidente.

Iris Caldart

Antônio Lopes Júnior

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 93/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Beneficência Assistencial Espírita, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-11-1974.

aa) Gabriel Manoel — Presidente.

Iris Caldart

Antônio Lopes Júnior

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 106/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Auxiliadora de Senhoras da Quarta Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-11-1974.

aa) Gabriel Manoel — Presidente.

Iris Caldart

Antônio Lopes Júnior

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 108/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Incentivo ao Desenvolvimento Social da Comunidade de Maringá, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-11-1974.

aa) Gabriel Manoel — Presidente.

Iris Caldart

Antônio Lopes Júnior

Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 122/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a dispensar a exigência da construção de um restaurante popular tipo SAPS, constante no artigo 2.º da Lei n.º 726, de 31 de outubro de 1951.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19-11-1974.

aa) Gabriel Manoel — Presidente.

Iris Caldart

Antônio Lopes Júnior

Relatores

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 211ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 27 de Novembro de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Antônio Lopes Júnior e Basílio Zanusso.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Muggiati Filho — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Domicio Scaramella — Fabiano Braga Cortes — Fuad Nacil — Igo Losso — João Fadel — Marciano Baraniuk — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 93/74, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria dos Negócios da Viação e Obras Públicas, prestar auxílios em forma de reparos que especifica. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 93/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica a Secretaria dos Negócios da Viação e Obras Públicas, autorizada a executar, pelo seu Departamento de Edificações e Obras Especiais, reparos de pequena monta e assim considerados como tais, em casos caracterizados como de emergência nos estabelecimentos e instituições particulares de amparo à infância à maternidade, à velhice, à invalidez e às instituições congêneres, declaradas de utilidade pública.

§ 1.º — Os reparos a que alude este artigo, serão procedidos, observadas as prioridades previstas na programação do Órgão Executor.

§ 2.º — As despesas para o atendimento no disposto na presente Lei, correrão à conta do sub-elemento 3.1.3.0.06 (reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis e imóveis) do orçamento próprio do Departamento de Edificações e Obras Especiais, na dependência da disponibilidade financeira no referido sub-elemento.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 21-11-74.

Gilberto Carvalho — Presidente.

Antônio Lopes Júnior — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para sexta-feira, dia 29, às 9,30 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 09/74.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 39/74.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 212ª Sessão Ordinária
Realizada em 27 de Novembro de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, Secretariada pelos Senhores Deputados Borsari Neto e Basílio Zanusso.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão (31); achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Muggiati Filho — Aginaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Domicio Scaramella — Fabiano Braga Cortes — Fuad Nacil — Igo Losso — João Fadel — Marciano Baraniuk — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Quielise Crisóstomo — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Santos Lima solicitando dispensa de publicação da Redação Final para os Projetos de Lei nrs. 273/71, 283/73, 21, 38, 39, 54, 55, 63, 71, 77, 92, 105, 108, 123 e 176/74.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução que fixa subsídios para a 8.ª Legislatura, autuado sob n.º 40.

— de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 39/74 e inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão Extraordinária.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 40/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Os subsídios dos Deputados Estaduais para a 8.ª Legislatura, nas suas partes fixa e variável, bem como as ajudas de custo, ficam fixados em dois terços (2/3) dos subsídios e ajudas de custo pagos aos Deputados Federais, nos termos do art. 22, item II, da Constituição do Estado, e art. 13 item VI, da Constituição Federal.

Parágrafo Único — Os valores dos subsídios e da ajuda de custo serão reajustados, por ato da Mesa, sempre que ocorra alteração dos atribuídos aos membros do Congresso Nacional.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1974.

(aa) João Mansur — Presidente.

Jorge Sato — 1.º Secretário.

José Muggiati Filho — 2.º Secretário.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

O Congresso Nacional ...

DECRETA:

Art. 1.º — Os Membros do Congresso Nacional perceberão, na legislatura a iniciar-se em 1.º de fevereiro de 1975 o seguinte subsídio:

a) — parte fixa de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros);
b) — parte variável de trinta (30) diárias no valor de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) por mês.

§ 1.º — As partes fixa e variável do subsídio serão pagas mensalmente.

§ 2.º — O Membro do Congresso Nacional que não comparecer a sessão ou comparecendo não participar da votação terá a diária descontada.

§ 3.º — Por sessão extraordinária em cada Casa, até o máximo de oito (8), e por sessão do Congresso a que comparecer, o Deputado ou Senador perceberá o valor da diária prevista na letra "b" deste artigo.

Art. 2.º — Os Membros do Congresso Nacional perceberão ajuda de custo anual de Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) paga em duas parcelas iguais, uma no início e outra no encerramento da sessão legislativa.

§ 1.º — Será paga também idêntica ajuda de custo na sessão legislativa extraordinária convocada na forma do § 1.º, do artigo 29 da Constituição Federal.

§ 2.º — O pagamento da segunda metade da ajuda de custo só será feito se o Congresso houver comparecido a dois terços (2/3) da sessão legislativa ordinária, ou da sessão legislativa extraordinária.

Art. 3.º — Os valores dos subsídios e da ajuda de custo fixados nos artigos anteriores serão reajustados, por ato das Mesas de cada uma das Câmaras a partir, inclusive de 1976, nas mesmas épocas e segundo a mesma base estabelecida para os vencimentos dos funcionários federais.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário ...

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 184/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública, a Fundação Educacional de Toledo, "FUNET", com sede e foro na cidade de Toledo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1974.

(a) Ivo Rocha

JUSTIFICATIVA:

A Fundação que se pretende declarar de Utilidade Pública, tem por finalidade principal o aprimoramento educacional e profissional, além de amparar gratuitamente com material escolar e assistência educativa, estudantes carentes de recursos. Está bem estruturada e somente benefícios poderá trazer para a coletividade.

PROJETO DE LEI N.º 185/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial na importância de um milhão de cruzeiros (Cr\$ 1.000.000,00) para a concessão de auxílio à Associação dos Servidores Públicos do Paraná, órgão oficial da classe, destinado ao custeio das despesas com o funcionamento e manutenção da sua Colônia de Férias do Balneário de Caiobá.

Art. 2.º — O Poder Executivo, a partir de 1975, consignará anualmente, na Proposta Orçamentária, uma verba igual à autorizada no Artigo anterior, destinada ao mesmo fim com acréscimos também anuais de trinta por cento, para atualização permanente do seu valor.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1974.

(a) João Mansur

JUSTIFICAÇÃO:

A Associação dos Servidores Públicos do Paraná, órgão oficial de representação da classe, conforme está expresso no Artigo 342, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), construiu no Balneário de Caiobá exclusivamente com os recursos de sua mensalidade social, num prazo recorde de trinta meses aproximadamente, u'a magnífica Colônia de Férias, dotada de todos os requisitos de conforto possíveis.

No entanto, apesar do imenso esforço e dos enormes sacrifícios despendidos pela entidade, com o objetivo de proporcionar aos seus sócios, os abnegados servidores públicos do Paraná, férias que lhes permitam junto com os seus familiares, refazer as energias para continuar no trabalho incansável em favor do Estado e do País, a verdade é que tal objetivo será fraudado, em relação à maioria, se o Estado, como lhe cabe por obrigação constitucional, não vier em seu socorro concedendo auxílio financeiro à mantenedora da Colônia, a fim de reduzir os custos operacionais da mesma e assim tornar possível a fixação de preços reduzidos de permanência e alimentação.

Tais os motivos que inspiraram o presente Projeto de Lei, o qual, segundo esperamos, merecerá a aprovação da Casa e a sanção do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva constante do Expediente. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Rocha, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoio. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoio. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/74, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo construir no bairro do Capanema desta Capital, um complexo educacional que abranja os Cursos de 1.º e 2.º grau, bem como instalações destinadas à práticas desportivas, em substituição ao atual estabelecimento de ensino denominado "Hildebrando de Araújo", e dá outras providências. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125-74, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Curiuva, uma Pá Carregadeira, pertencente ao 16.º Distrito Rodoviário. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88/72, de autoria do Dep. Wilson Fortes que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de São José do Ivaí, Município de Santa Isabel do Ivaí, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com EMENDA SUBSTITUTIVA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 88/72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um Ginásio Estadual no Distrito de São José do Ivaí, no Município de Santa Isabel do Ivaí, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1972.

(a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA: — O Distrito de São José do Ivaí, no Município de Santa Isabel do Ivaí, destaca-se pelo crescente desenvolvimento que vem apresentando em todos os setores, e principalmente no setor educacional, está a merecer a atenção dos Poderes Públicos.

Com a criação de um Curso Ginásial no Distrito de São José do Ivaí, tal medida virá beneficiar um grande número de alunos que já concluíram o curso primário e estão em condições, portanto, de receberem a instrução ora pleiteada.

Além do mais a criação do curso Ginásial virá trazer sem dúvida alguma, uma grande economia para as famílias do Distrito de São José do Ivaí, cujos filhos não terão mais que se deslocar para outros centros, em busca de instrução e cultura.

Estas as razões que nos levam a apresentar o presente plano de lei, que esperamos tenha o acolhimento dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 88/72

I — Autoria do ilustre Deputado Wilson Fortes, a proposição em tela autoriza a criação de um Ginásio Estadual, no Município de Santa Isabel do Ivaí.

II — Como se trata de simples autorização, está o presente em condições de ser aprovado.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1972.

22) Armando Queiroz — Presidente

Luiz Roberto Soares — Relator

Muggiati Filho

Santos Lima

Ovidio Franzoni

Cândido Martins de Oliveira

Ercndy Silvério

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 88/72

1. — Com o presente plano de lei pretende o nobre Deputado Wilson Fortes autorizar o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de São José do Ivaí, Município de Santa Isabel do Ivaí.

2. — A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente à proposição. Quanto ao aspecto financeiro nada temos a opor, pelo que opinamos pela sua aprovação.

E o parecer. s.m.j.

Sala das Comissões, em 28 de dezembro de 1972.

22) Fuad Nachi — Presidente

Odilon Reinhardt — Relator

(Ass. ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 88/72

AUTOR: Deputado WILSON FORTES

I — O Projeto de Lei n.º 88/72, de autoria do nobre Deputado Wilson Fortes, autoriza o Poder Executivo a criar um Ginásio Estadual no Distrito de São José do Ivaí, município de Santa Isabel do Ivaí.

II — O seu objetivo é dos mais meritórios. Considerando-se o advento da lei n.º 5692, reforma do ensino, opinamos pela aprovação do Projeto na forma da Emenda Substitutiva anexa.

Sala de Reuniões, em 3 de abril de 1974.

(As. ilegível) — Presidente

(As. ilegível) — Relator

(As. ilegível)

EMENDA SUBSTITUTIVA

AO PROJETO DE LEI N.º 88/72

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um estabelecimento de ensino de 1.º grau, no Distrito de São José do Ivaí, município de Santa Isabel do Ivaí, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Reuniões, em 3 de abril de 1974.

(As. ilegível) — Presidente

(As. ilegível) — Relator

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 39/74 e inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão Extraordinária. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Santos Lima, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final para os Projetos de Lei n.ºs. 273-71 — 283-73 — 21 — 38 — 39 — 54 — 55 — 68 — 71 — 77 — 92 — 106 — 108 — 128 e 176-74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução que fixa os subsídios para a 8.ª Legislatura, autuado sob o n.º 40. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 29, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 273-71 — 283-73 e 21-74 — 38-74 — 39-74 — 54-74 — 55-74 — 68-74 — 71-74 — 77-74 — 92-74 — 106-74 — 108-74 — 128-74 — 176-74.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 132-74 — 166-74 e de Resolução n.º 40-74.

Levanta-se a Sessão.